



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos**  
**Comitê Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio**  
**- PROZON -**

**ATA DA 9ª REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO INTERMINISTERIAL DO OZÔNIO**

**DATA:** 13 de março de 2007.

**HORÁRIO:** Das 15:00 às 17:00 horas.

**LOCAL:** Sala de Reuniões do 8º andar no Ministério do Meio Ambiente

**PARTICIPANTES**

Ruy de Góes Leite de Barros-MMA  
Magna Leite Ludvice- MMA  
Liamárcia Hora- MMA  
Ana Carolina Thomaziello- MMA  
Paulo José Chiarelli- MRE  
Marie Kalyva- MS  
Débora Cruz- MAPA  
Herbert Schubart- MCT  
Demétrio Toledo- MDIC  
Márcio Freitas- IBAMA  
Adriana Dantas- IBAMA

**DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS**

- Relatório final do estudo sobre HCFCs realizado pela consultoria PNUD em 22 de janeiro de 2007.
- Minuta da Proposta de Ajuste ao Protocolo de Montreal referente aos HCFCs.

**PAUTA DA REUNIÃO**

1. Aprovação da ata da 8ª Reunião do PROZON.
- 2- Apresentação e aprovação do calendário de reuniões para 2007.
- 3- Apresentação da Minuta da Proposta de Ajuste ao Protocolo de Montreal referente aos HCFCs.

**1. DESENVOLVIMENTO**

Devido ao atraso para início da reunião e a importância de se decidir sobre a aprovação ou não da minuta de Proposta de Ajuste ao Protocolo de Montreal referente aos HCFCs, os itens 1 e 2 da pauta foram suprimidos. Na próxima reunião serão apresentadas as atas das 8ª e 9ª Reuniões para aprovação do grupo. As datas que seriam propostas para a realização das 10ª e 11ª Reuniões Ordinárias do PROZON são 26 de junho e 17 de outubro respectivamente. Caso todos os representantes concordem, essas datas poderão ser mantidas

para as próximas reuniões.

A reunião iniciou-se com o Sr. Ruy de Góes apresentando o histórico da minuta com proposta de “phase-out” para os HCFCs. Ele comentou a conveniência de se discutir esta proposta em 2007, quando se comemoram os 20 anos do Protocolo de Montreal, destacando-se a discussão sobre a continuidade do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal após 2010, ano referência para a eliminação dos CFCs nos países do Artigo 5. A partir de 2010 encerrando-se os projetos de investimentos que utilizam os recursos do Fundo Multilateral, espera-se que haja grande aumento no consumo dos HCFCs, principais substâncias adotadas como alternativas ao Protocolo de Montreal. Uma das grandes preocupações mundiais referentes ao aumento do consumo dos HCFCs é que, apesar de serem menos prejudiciais do que os CFCs à Camada de Ozônio, tais gases têm efeito sobre as mudanças climáticas, por serem gases de efeito estufa. No passado, devido à falta de alternativas tecnológicas, o uso dos HCFCs foi estimulado, mas atualmente com o desenvolvimento de diversas outras alternativas, já é possível escolher substâncias que atendam tanto aos Protocolos de Montreal quanto Quioto.

A intenção de vários países em acelerar o “phase-out” dos HCFCs atenderá tanto questões ambientais, com a redução da emissão de gases prejudiciais ao meio ambiente, quanto à própria sobrevivência do Fundo Multilateral. O Brasil já anunciou em 2006 na Reunião em Nova Delhi a intenção de acelerar o “phase-out” dos HCFCs. O Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o setor privado (ABRAVA, ELETROS, ABINEE, AB RIPUR, ABIQUIM) vem discutindo proposta para escalonamento e eliminação dos HCFCs, e recentemente tem compartilhado tal proposta com o Governo da Argentina, com a intenção de se apresentar conjuntamente ao Protocolo uma proposta Brasil/Argentina.

Como a data para submissão é dia 15 de março, a proposta vinha sendo discutida com o setor privado e pontualmente com alguns segmentos do Governo (MRE, MDIC, MCT). Sendo assim, o objetivo desta reunião foi apresentar a proposta a todos os Ministérios componentes do PROZON e decidir pela aprovação ou não da Proposta.

Todos os representantes manifestaram-se com opiniões em relação a Proposta de antecipação do phase-out dos HCFCs, sendo que uma das principais preocupações apontada pelo IBAMA, foi quanto às datas apresentadas na Proposta. O congelamento em 2012 e a redução dos HCFCs a partir de 2015 (20%) criaria um “hiato” entre 2010 e 2015, o que poderia implicar na extinção do Fundo Multilateral. O Dr. Ruy explicou que, com a proposta de congelamento para 2012, novos projetos já poderiam ser apresentados ao Fundo a partir de 2011, portanto não haveria este “hiato” de 5 anos.

Outra preocupação do IBAMA foi quanto à oferta de alternativas aos HCFCs, visto que o Governo estimulará a aceleração do “phase-out” e por outro lado é necessário a apresentação de alternativas. O representante do MMA explicou que já existem alternativas para os diversos setores, inclusive o estudo realizado pelo consultor do PNUD já aponta diversas alternativas, tais como os hidrocarbonetos, amônia e CO<sub>2</sub>.

A questão do controle também preocupa o IBAMA, já que se for utilizado o ano de 2010 como base, isso poderia implicar em um consumo muito alto neste ano, o que seria anormal e não refletiria a situação real ou natural do mercado. A proposta do IBAMA é que fosse utilizada como base a média de consumo dos

anos anteriores (2003 a 2006), visto que o consumo nesses anos mostrou não ter crescido de forma muito acelerada (ao contrário dos 7,5 % por ano apontado pelo consultor do PNUD). O IBAMA mostrou-se preocupado com o controle, visto as experiências com os CFCs. O MMA sugeriu que poderia ser utilizado o dado de “projeção” de consumo, sendo esta projeção baseada no consumo dos anos anteriores mais um porcentual estimado de crescimento anual. A data de 2010 poderia ser mantida como proposta e posteriormente seria discutido internamente no país a forma como seria efetuado a distribuição de cotas entre as empresas e a forma de controle a ser exercido. O IBAMA também ressaltou sua preocupação quanto à distribuição de cotas, de forma a não beneficiar as grandes empresas em depreciação das empresas menores, pois, estabelecendo-se a data base de 2010, a “explosão” de importação neste ano (com o objetivo de elevar a cota país) poderia prejudicar estas empresas menores que não teriam como competir com as maiores.

Após a discussão de todas essas questões e levando-se em consideração as preocupações levantadas pelo IBAMA, a reunião foi encerrada às 18:15 horas, sendo a Proposta aprovada pelos representantes dos Ministérios presentes, ficando pendente a aprovação do IBAMA, pois a representante deste Instituto considerou que deveria ser ouvido o diretor Márcio Freitas que teve que se ausentar. Ficou acertado que o Sr. Ruy de Góes entraria em acordo com o Sr. Márcio Freitas para finalização da Proposta a ser apresentada em 15 de março, tendo em vista que os demais aprovaram a proposta conforme apresentada.